



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



**PRIMEIRA CÂMARA - SESSÃO: 23/09/14**

110 TC-029364/026/10

**Contratante:** Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

**Contratada:** Softplan Planejamento e Sistemas Ltda.

**Autoridade(s) Responsável(is) pela Abertura do Certame Licitatório, pela Homologação e que firmou(aram) o(s) Instrumento(s):** Valter Correia da Silva (Secretário de Administração e Modernização Administrativa).

**Objeto:** Fornecimento de sistema de gestão integrada de protocolo e processos administrativos eletrônicos, contemplando licenciamento, instalação, configuração, customização, treinamento, projeto piloto, manutenção continuada e suporte remoto no uso da solução.

**Em Julgamento:** Licitação – Pregão Presencial. Contrato celebrado em 08-06-10. Valor – R\$578.000,00. Justificativas apresentadas em decorrência da(s) assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho e Substituto de Conselheiro Auditor Márcio Martins de Camargo, publicada(s) no D.O.E. de 11-09-12 e 11-07-14.

**Advogado(s):** Osvaldina Josefa Rodrigues, Sylvio Villas Bôas Dias do Prado e outros.

**Procurador(es) de Contas:** Thiago Pinheiro Lima.

**Fiscalizada por:** GDF-6 – DSF-I.

**Fiscalização atual:** GDF-7 - DSF-II.

**REPRESENTAÇÃO**

111 TC-015087/026/10

**Representante(s):** Allbras – Opção Consultoria e Soluções em Informática Ltda., por seu Procurador, Peter Igor Volf.

**Representado(s):** Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

**Responsável(is):** Valter Correia da Silva (Secretário de Administração e Modernização Administrativa).

**Assunto:** Possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Presencial nº 10.012/10, instaurado pelo Executivo Municipal, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de sistema de gestão integrada de protocolo e processos administrativos eletrônicos, contemplando licenciamento, instalação, configuração, customização, treinamento, projeto piloto, manutenção continuada e suporte remoto no uso da solução. Justificativas apresentadas em decorrência da(s) assinatura(s) de prazo, pelo Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho, Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho e Substituto de Conselheiro Auditor Márcio Martins de Camargo, publicada(s) no D.O.E. de 17-04-10, 11-09-12 e 11-07-14.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



**Advogado(s):** Sylvio Villas Bôas Dias do Prado, Osvaldina Josefa Rodrigues e outros.

**Procurador(es) de Contas:** Thiago Pinheiro Lima.

**Fiscalizada por:** GDF-6 – DSF-I.

**Fiscalização atual:** GDF-7 - DSF-II.

## **1. RELATÓRIO**

**1.1.** Em exame, **Contrato** celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO** e a empresa **SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA.**, no dia 08/06/2010, com vistas ao fornecimento de sistema de gestão integrada de protocolo e processos administrativos eletrônicos, contemplando licenciamento, instalação, configuração, customização, treinamento, projeto piloto, manutenção continuada e suporte remoto no uso da solução, pelo valor de R\$ 578.000,00, e prazo de 12 (doze) meses, com lastro no **Pregão Presencial nº 10.012/10**.

**1.2.** Tramita em conjunto ao presente feito o TC-015087/026/10, que trata de **Representação** formulada pela empresa Allbrás – Opção Consultoria e Soluções em Informática Ltda., contra o Edital do Pregão Presencial nº 10.012/10. Em breve resumo, a Representante apresentou as seguintes impugnações: **1)** os requisitos de qualificação técnica excedem as limitações impostas pelo artigo 30 da Lei nº 8.666/93, em virtude do que dispõem as alíneas “b” e “b.1” do item 5.1.4: - *“declaração da licitante indicando o profissional gerencial que possua o Certificado PMP – Project Management Professional”*; - *“declaração do licitante indicando no mínimo 01 (um) técnico que possua Certificado Sun Certified Web Component Developer for J2EE, emitida pela Sun Microsystems”*; **2)** exigência, da vencedora, que apresentasse o sistema ao término do prazo recursal (item 6.20.1), em prejuízo ao contraditório e à ampla defesa, e violação à Súmula nº 19 do Tribunal de Contas do Estado; **3)** no Termo de Referência do Anexo I, o item “8” prevê o fornecimento do código fonte do sistema, de modo a revelar que a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo pretende a transferência de tecnologia, *“...algo combatido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo”*.

**1.3.** Na instrução preliminar da matéria, a **6ª Diretoria de Fiscalização** não apontou irregularidades.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



1.4. A **SDG**, por sua vez, entendeu inadequada a utilização de Pregão para aquisição do objeto em tela; questionou a ausência de fixação de quantitativos para prova da qualificação técnica, e o fato da contratada ter que fornecer os códigos fonte do sistema, importando em transferência de tecnologia.

1.5. Notificada, nos termos do inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo defendeu-se às fls. 386/397.

1.6. As **Assessorias Técnicas** divergiram. Às fls. 399/401, o parecer é pela irregularidade da contratação e improcedência da Representação. Já a manifestação de fls. 402/403, encontra-se no sentido da **procedência** da Representação e **irregularidade** da licitação e do ajuste. Este último posicionamento foi adotado, também, pela **Chefia da ATJ** (fls. 404), **Ministério Público de Contas** (fls. 404vº) e **SDG** (fls. 405/407).

1.7. Assinado novo prazo, vieram aos autos as justificativas de fls. 419/428.

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



## **2. VOTO**

**2.1.** As impropriedades constatadas impedem a aprovação do Contrato, notadamente a inadequada utilização de licitação na modalidade Pregão para o complexo serviço pretendido - *sistema de gestão integrada de protocolo e processos administrativos eletrônicos, contemplando licenciamento, instalação, configuração, customização, treinamento, projeto piloto, manutenção continuada e suporte remoto no uso da solução.*

Como destacou a SDG, *“o Termo de Referência – Anexo I – está a sugerir que caberá à contratada o desenvolvimento de uma solução tecnológica que, além de não possuir um padrão de mercado, requer informações inerentes aos setores envolvidos, próprios do município, parecendo não tratar-se de objeto dito comum”.*

Além disso, os diversos requisitos pertinentes à execução contratual, previstos no Instrumento Convocatório, demonstram que o sistema pretendido não se ajustava aos padronizados e já disponíveis no mercado. Há, inclusive, na própria descrição do objeto a informação de que o mesmo deveria ser customizado, descaracterizando-o como *bem ou serviço comum*.

Em defesa, a Origem não trouxe qualquer elemento capaz de reverter esse juízo. Ao contrário, afirmou que não foram fixados quantitativos para a comprovação da capacidade técnica (subitem 5.1.4) devido à singularidade do serviço licitado, reforçando a apontada incompatibilidade da aplicação do Pregão no presente caso, modalidade reservada apenas para a aquisição de bens e serviços comuns, consoante o artigo 1º da Lei nº 10.520/02, assim definidos pelo jurista Marçal Justen Filho:

[...] poderia dizer-se que bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio.<sup>1</sup>

A imprópria modalidade de licitação utilizada conduz à reprovação do Ajuste.

---

<sup>1</sup> in “Pregão (Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico)”; 4ª Edição; Editora Dialética; pg.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**



2.2. Colaboram para a emissão de juízo desfavorável as demais falhas aventadas na instrução, assim como na Representação, que também não foram esclarecidas a contento.

2.3. Destaco, por fim, que apenas 02 (duas) empresas manifestaram efetivo interesse em participar do certame, e 01 (uma) foi habilitada, evidenciando a restrição da disputa, o que é vedado pelo artigo 3º, § 1º, I, da Lei Federal nº 8.666/93.

2.4. Ante o exposto, no mesmo sentido dos posicionamentos desfavoráveis da Assessoria Técnica, Chefia da ATJ, Ministério Público de Contas e SDG, **VOTO** pela **IRREGULARIDADE** do Pregão e do Contrato decorrente, e pela **PROCEDÊNCIA** da Representação, com o acionamento dos **incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93**, concedendo ao atual Prefeito do Município de São Bernardo do Campo o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, para que informe a esta Corte as providências adotadas quanto às falhas relatadas na decisão.

2.5. **VOTO**, ainda, com fundamento no artigo 104, II e VI, da Lei Complementar nº 709/93, pela aplicação de **MULTA** ao responsável, Sr. **Valter Correia da Silva**, em valor equivalente a **300 (trezentas) UFESPs**, considerando a gravidade dos atos praticados e a infringência aos dispositivos constitucionais e legais mencionados no voto.

Após o trânsito em julgado: **(i)** remeta-se cópia do relatório, voto e acórdão, mediante **ofício**, ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para ciência e adoção das providências que entender pertinentes; **(ii) notifique-se** o apenado para que, no prazo de 30 (trinta) dias, demonstre o recolhimento da multa aplicada, conforme previsto no artigo 86 da Lei Complementar nº 709/93. Em caso de descumprimento, adote o Cartório as medidas de praxe para cobrança.

**DIMAS EDUARDO RAMALHO**  
**CONSELHEIRO**